



EJA/80
HISTÓRIA
OUTUBRO/2021

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
DISCIPLINA DE HISTÓRIA
EJA-

NOME: _____ TURMA 80 _____

→ TEMA: ERA MEDIEVAL/FEUDALISMO

4- Quais as origens do Feudalismo e quais as condições que levaram a Europa ao estabelecimento desse sistema?

5- Em termos gerais, como se organizava a economia na era feudal?

6- Tanto a sociedade quanto a política no feudalismo eram muito diferentes do que eram no Império Romano, Caracterize a sociedade e a política no Feudalismo.

7- O que eram as relações de suserania e vassalagem. Explique.

8- O que foram e o que motivou as Cruzadas?

9- Que conjunto de fatores levaram à decadência e fim do feudalismo?

10- Crie um esquema-resumo ou mapa mental sobre a formação dos Estados Nacionais.

HISTÓRIA DO FEUDALISMO

O surgimento desse conjunto de práticas de ordem econômica, social e política – o Feudalismo – remonta à crise do escravismo romano, quando ocorreu uma ruralização da sociedade. A história do feudalismo está vinculada a dois fenômenos históricos: a crise do Império Romano e as invasões dos bárbaros.

Denomina-se **feudalismo** o modo de produção dominante na Europa Ocidental durante a Idade Média (séculos V - XV), isto é, o modo de vida, com seus componentes econômicos, sociais, políticos e culturais, da população europeia no período mencionado.

O feudalismo nasceu e se estruturou em uma fase histórica conhecida como **Alta Idade Média** (séculos V-X) e entrou em declínio na chamada **Baixa Idade Média** (séculos XI-XV), quando seus elementos mais característicos sofreram profundas transformações. Vale lembrar que o feudalismo assumiu características diferenciadas em diferentes regiões da Europa.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Economia autossuficiente: a agricultura era a principal atividade econômica na Idade Média e era praticada pelos servos nos **feudos**. Estes eram constituídos pelo castelo – onde residia o senhor, sua família e seus dependentes –, pelas terras cultivadas pelos servos e pela vila onde estes habitavam. Os servos, sujeitos à intensa tributação em troca da proteção fornecida pelos senhores feudais, produziam apenas o necessário para a **subsistência** do feudo, pois as técnicas agrícolas empregadas eram rudimentares e não havia mercado consumidor de excedentes. A economia feudal era, portanto, essencialmente **rural**: o comércio praticamente desapareceu e as cidades se despovoaram.

Sociedade estamental: a sociedade feudal dividia-se em estamentos ou ordens. O critério de diferenciação social era a posse de terras e a função social. Assim, as categorias que compunham a sociedade feudal eram o **clero** (os que oravam), a **nobreza** (os que guerreavam) e os **servos** (os que trabalhavam). A mudança de grupo social era praticamente impossível e, portanto, tratava-se de uma sociedade estática.

Descentralização política: o poder político, no sistema feudal, era descentralizado e exercido pelas categorias privilegiadas da sociedade (nobreza e clero), excluindo a grande maioria da população. Os senhores feudais monopolizavam o poder político e administrativo em seus feudos sem sofrer a interferência de qualquer outro poder. O rei era uma figura decorativa com jurisdição sobre seus domínios, exclusivamente.

Relações de suserania e vassalagem: o **suserano** era o senhor feudal, dono das terras, que, em troca da proteção que oferecia aos servos e da permissão que lhes concedia para que produzissem em seus domínios, recebia a obediência e a fidelidade dos **vassalos**. O vassalo era também obrigado a pagar impostos ao suserano. As relações de suserania e vassalagem eram estabelecidas durante um ritual herdado das tradições germânicas denominado **homenagem**. Nessa cerimônia, o feudo (parcela de terra) era concedido ao vassalo, que, em troca, jurava fidelidade ao suserano, comprometendo-se a acompanhá-lo nas guerras. O suserano, por sua vez, jurava dar proteção ao vassalo.

O **senhor feudal** representava a classe nobiliárquica detentora de terras. Divididos por diferentes títulos, os nobres poderiam ser responsáveis desde a administração de um feudo até a cobrança de taxas ou a proteção militar de uma determinada propriedade. A **autoridade** exercida pelo senhor feudal, na prática, era **superior à dos reis**, que não tinham poder de interferência direta sobre as regras e imposições de um senhor feudal no interior de suas propriedades. Portanto, assinalamos o feudalismo como um modelo promotor de um poder político descentralizado.

Relações servis de produção: os servos estavam sujeitos à intensa tributação em troca da proteção fornecida pelos senhores feudais e da concessão para trabalhar as terras e delas extrair sua subsistência. As obrigações servis mais comuns eram:

- **corveia:** trabalho gratuito nas terras do senhor (manso senhorial) em alguns dias da semana;
- **talha:** porcentagem da produção do manso servil;
- **banalidades:** tributos cobrados pelo uso de instrumentos ou bens do senhor, como o moinho, o forno e o celeiro.

Muitas instituições romanas e germânicas foram importantes na estruturação da ordem feudal. A **clientela**, que estabelecia as relações de dependência social entre os indivíduos na sociedade romana, constituiu a base sobre a qual se desenvolveram as relações de dependência do mundo feudal (senhor-servo).

O **colonato**, outra herança romana, impôs a fixação do homem (colono) à terra. Instituído pelo governo imperial, o colonato originalmente objetivava conter o êxodo rural e a crise de abastecimento provocada pela falta de mão de obra escrava. Os colonos, embora juridicamente livres, não podiam abandonar as terras, submetendo-se à autoridade dos grandes proprietários rurais. Juntamente com o **precarium** (entrega de terras a um grande senhor em troca de proteção), o colonato constituiria a base da servidão medieval. O **comitatus**, instituição germânica que estabelecia a relação de lealdade entre os guerreiros e o chefe tribal, foi o alicerce das relações feudais de **suserania e vassalagem**.

Além do **comitatus**, o feudalismo herdou dos germânicos o **direito consuetudinário**, isto é, normas legais não escritas e baseadas nos usos e costumes, nas tradições dos povos.

A militarização da sociedade medieval também é uma característica a ser enfatizada. O feudalismo nasceu em meio às ondas invasoras, aos ataques, saques e pilhagens dos povos germânicos, árabes, normandos e magiares. A defesa e a guerra tornaram-se atividades importantes para o homem da Idade Média. Por isso, a figura do cavaleiro e seu modo de vida e valores eram tão valorizados.

O papel da Igreja - Ao mesmo tempo em que a economia e as relações sociopolíticas transformavam-se nesse período, não podemos nos esquecer da importância do papel da Igreja nesse contexto. O clero entrou em acordo com os reis e a nobreza com o intuito de expandir o ideário cristão. A **conversão** da classe nobiliárquica deu margens para que os clérigos interferissem nas questões políticas. Muitas vezes um rei ou um senhor feudal doava terras para a Igreja em sinal de sua devoção religiosa. Dessa forma, a Igreja também se tornou uma grande **“senhora feudal”**.

As Cruzadas - A partir do século IX as invasões à Europa cessaram. Isso ocasionou um rápido crescimento demográfico, decorrente da queda da taxa de mortalidade e da alta da taxa de natalidade. A melhoria das técnicas de cultivo, a ampliação das áreas dedicadas à agricultura e a diminuição dos surtos epidêmicos foram decisivos para promover um rápido e constante aumento da população, que estava além do poder de absorção da estrutura do feudo. O resultado disso foi o crescimento, na Europa, de uma população marginal: abandonando os feudos pelas dificuldades de sobrevivência, muitos indivíduos passaram a vagar pelas estradas e percorrer vilarejos, ora promovendo saques e assaltos, ora pedindo esmolas. O banditismo e a mendicância tornaram-se frequentes.

Alguns desses servos expulsos dos feudos, porém, estabeleceram-se em aldeias, ou antigos núcleos urbanos, onde exerciam uma incipiente atividade comercial e artesanal. As Cruzadas trouxeram algum alívio a esse quadro de coisas.

As **Cruzadas** eram expedições militares-religiosas, convocadas pelo Papa Urbano II, cujo objetivo anunciado era libertar a Terra Santa, onde se encontra o Santo Sepulcro, que na época estava sob domínio muçulmano.

Entre 1096 e 1270, foram organizadas inúmeras Cruzadas como a dos Mendigos, a dos Nobres, a dos Reis e a das Crianças, entre outras. Se o sucesso militar não foi obtido, pois os cristãos fracassaram diante da resistência muçulmana, os efeitos do movimento cruzadista sobre a vida europeia entre os séculos XI e XV foram de extrema importância. Vale destacar: o restabelecimento dos contatos entre Oriente e Ocidente através do mar Mediterrâneo; o renascimento comercial e urbano; o surgimento e fortalecimento de uma nova camada social, a burguesia; o enfraquecimento do poder da nobreza feudal.

Renascimento comercial e urbano e a derrocada do feudalismo - No século X, o feudalismo atingiu o seu auge, tornando-se uma forma de organização vigente em boa parte do continente europeu. A partir do século seguinte, o aprimoramento das técnicas de produção agrícola e o crescimento populacional proporcionaram melhores condições para o **reavivamento das atividades comerciais**. Os **centros urbanos** voltaram a florescer e as populações saíram da estrutura hermética que marcou boa parte da Idade Média.

A crise do sistema feudal - Entre os séculos X e XI, observamos que a Europa experimentou um surto demográfico proveniente do incremento das técnicas de produção agrícola então existentes. O **crescimento da população** determinou a busca por novas terras, já que o modo de produção disponível não era capaz de atender satisfatoriamente o ritmo de desenvolvimento da época. Com o passar do tempo, várias regiões de floresta e pântano foram empregadas para a ampliação da oferta de terrenos cultiváveis.

Com o passar das décadas vemos que tais alterações somente retardaram a incapacidade que o modo de produção feudal tinha em abastecer as crescentes populações dos campos e das cidades. Atingindo o século XIII, notamos que a ampliação das terras por ações de transformação e desmatamento impôs uma série de transformações climáticas que alteraram o rendimento das colheitas e, em pouco tempo, criou uma séria crise de abastecimento pela Europa.

A falta de alimentos acabou se aliando com a expansão rápida dos centros urbanos, que aglomeravam pessoas sem condições de saneamento e higiene então desconhecidas naquele tempo. Na metade do século XIV, entre 1340 e 1350, essa situação desfavorável acabou se agravando no momento

em que a **Peste Negra** se consolidou como uma das mais graves epidemias a atingir a população da Europa. Em pouco tempo, aproximadamente um terço dos europeus foram dizimados com os terríveis sintomas da doença.

Em um primeiro momento, a Peste provocou uma violenta retração na mão de obra disponível. Tal quadro acabou sendo o grande responsável pelo recrudescimento das obrigações feudais. Nesse contexto de doenças e maior rigidez, as revoltas camponesas eclodiram em diferentes pontos do Velho Mundo.

Sem dúvida, percebemos que o sistema feudal não conseguia abarcar as demandas de uma população em nítido crescimento. Por um lado, a limitação técnica e as obrigações impediam que a produção agrícola conseguisse suprir as demandas da época. Por outro, o crescimento das cidades e da atividade comercial não conviveria com um modelo econômico marcado em sua gênese pela subsistência. É assim que notamos a concretude das transformações entre a Idade Média e a Idade Moderna.

FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS EUROPEUS

No decorrer da Idade Média, a figura política do rei era bem distante daquela que usualmente costumamos imaginar. No entanto, o reaquecimento das atividades comerciais, na Baixa Idade Média, transformou a importância política dos reis.

A autoridade monárquica se estendeu por todo um território definido por limites, traços culturais e linguísticos que perfilavam a formação de um **Estado Nacional**. Para tanto, foi preciso superar os obstáculos impostos pelo particularismo e universalismo político que marcaram toda a Idade Média. O universalismo manifestava-se na ampla autoridade da Igreja, constituindo a posse sobre grandes extensões de terra e a imposição de leis e tributos próprios. Já o particularismo desenvolveu-se nos costumes políticos locais enraizados nos feudos e nas cidades comerciais.

Os comerciantes **burgueses** surgiram enquanto classe social interessada na formação de um regime político centralizado. As **leis** de caráter local, instituídas em cada um dos **feudos**, encareciam as atividades comerciais por meio da cobrança de **impostos** e pedágios que inflacionavam os custos de uma viagem comercial. Além disso, a falta de uma **moeda** padrão instituiu uma enorme dificuldade no cálculo dos lucros e na cotação dos preços das mercadorias.

Além disso, a crise das relações servis causou um outro tipo de situação favorável à formação de um governo centralizado. Ameaçados por constantes **revoltas** – principalmente na Baixa Idade Média – e a queda da produção agrícola, os senhores feudais recorriam à autoridade real com o intuito de formar exércitos suficientemente preparados para conter as revoltas camponesas. Dessa maneira, a partir do século XI, observamos uma gradual elevação das atribuições políticas do rei.

Para convergir maiores poderes em mãos, o **Estado** monárquico buscou o controle sobre questões de ordem **fiscal, jurídica e militar**. Em outros termos, o rei deveria ter autoridade e legitimidade suficientes para criar leis, formar exércitos e decretar impostos. Com esses três mecanismos de ação, as monarquias foram se estabelecendo por meio de ações conjuntas que tinham o apoio tanto da burguesia comerciante, quanto da nobreza feudal.

Com o apoio dos **comerciantes**, os reis criaram exércitos mercenários que tinham caráter essencialmente temporário. A formação de exércitos foi um passo importante para que os limites territoriais fossem fixados e para que fosse possível a imposição de uma autoridade de ordem nacional.

A partir de então, o rei acumulava poderes para instituir tributos que sustentariam o Estado e, ao mesmo tempo, regulamentaria os impostos a serem cobrados em seu território. Concomitantemente, as moedas ganhavam um padrão de valor, peso e medida capaz de calcular antecipadamente os ganhos obtidos com o comércio e a cobrança de impostos. A fixação de tais mudanças personalizou a supremacia política dos Estados europeus na figura individual de um rei.

Além de contar com o patrocínio da classe burguesa, a formação das monarquias absolutistas também contou com apoio de ordem intelectual e filosófica. Os pensadores políticos da renascença criaram importantes obras que refletiam sobre o papel a ser desempenhado pelo rei. No campo religioso, a aprovação das autoridades religiosas se mostrava importante